

# CONTESTANDO O DISCURSO DE SUPERPOPULAÇÃO DO BRASIL: JOSUÉ DE CASTRO E A COALIZÃO NÃO MALTHUSIANA (1948-1974)

Eve E. Buckley

Figura 1 – Josué de Castro, s.d.



Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

## Introdução

Descobri a obra e a carreira do dr. Josué de Castro enquanto fazia pesquisa para escrever meu primeiro livro sobre secas no sertão nordestino (Buckley, 2017; também disponível em português: Buckley, 2022). Fiquei intrigada com os argumentos de Castro em seu livro *best-seller* de 1952, *The geography of hunger*,<sup>1</sup> no qual contesta algumas preocupações a respeito de superpopulação que, naquela época, vinham dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Esse livro amplamente lido (hoje, em grande medida, esquecido fora do Brasil) foi um contra-ataque direto aos livros dos conservacionistas norte-americanos William Vogt (que publicou *Road to survival [O caminho da sobrevivência]* em 1948) e Fairfield Osborn (autor de *Our plundered planet [Nosso planeta saqueado]*), também publicado em 1948. Comecei a pesquisar a carreira, as redes intelectuais e a filosofia política de Castro e as de seus adversários intelectuais nos EUA. Passei algum tempo trabalhando nos arquivos Josué de Castro, na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Brasil, e conduzi pesquisas nos Estados Unidos utilizando os arquivos do Conselho de População, localizado no Rockefeller Archive Center (que fica ao norte da cidade de Nova York) e no Escritório de Pesquisa Populacional da Universidade de Princeton, nas bibliotecas de manuscritos Stokes and Mudd em Princeton, Nova Jersey. Este capítulo é extraído dessa pesquisa, que está em andamento.

## Início da carreira do dr. Josué de Castro, 1930-1952

As desigualdades da sociedade nordestina estavam gravadas na história da família de Castro. Seu pai deixou o interior do Semiárido e migrou para Recife durante a Grande Seca de 1877, e sua mãe era neta de um dono de engenho de açúcar costeiro (Castro, 1996, p. 28). Em um livro de memórias sobre sua criação nas proximidades das comunidades de manguezais do Recife, Castro (que nasceu em 1908) refletiu com compaixão sobre a extrema pobreza de seus vizinhos, que viviam em barracos improvisados e dependiam da carne de caranguejo para sus-

---

<sup>1</sup> Publicado no Brasil em 1951 com o título *Geopolítica da fome*.

tento. Desde uma tenra idade ele estava plenamente ciente da miséria dos pobres do Recife, muitos dos quais descendentes de escravizados, enquanto outros eram refugiados de severas secas ocorridas no sertão, no interior do Nordeste. “Bem ao lado de [nossa] casa”, lembra Castro, “começava a área repleta de casebres de pau a pique empilhados um em cima do outro em uma rede de becos em uma anarquia desesperadora. As casas penetravam na água, a maré as invadia. Os braços do rio alagavam a rua, e a lama dominava tudo” (Castro, 1970, p. xvii-xviii). Em entrevistas concedidas em momentos posteriores na vida, Castro enfatizava que sua carreira como médico para os pobres, especialista científico em desnutrição e como deputado, representando Pernambuco na Câmara dos Deputados brasileira, foi profundamente motivada por suas amizades de infância com pessoas cujas vidas haviam sido moldadas por injustiças estruturais que estavam bem além de seu controle. Castro deixou Recife no final da década de 1920 para frequentar a Faculdade de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, concluindo sua graduação na nova Faculdade de Medicina de Recife, em 1932. Seu retorno coincidiu com o período dos primeiros anos do governo Vargas, em que autores nordestinos como José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado estavam chamando a atenção nacional para a dinâmica social de sua região, inclusive por meio de retratos literários de seu povo mais marginalizado.

Enquanto trabalhava como médico de fábrica e nutricionista em centros de saúde públicos em Recife durante a década de 1930, Castro levantou a hipótese de que a renda familiar das famílias trabalhadoras era muito baixa para atender às suas necessidades nutricionais básicas. A pesquisa a respeito dessa questão, apoiada pela Secretaria de Saúde Pública de Pernambuco, o levou à conclusão de que os pobres recifenses sofriam do mal de fome, ou deficiência nutricional. Isso era frequentemente descrito erroneamente como o mal de raça, ou fraqueza racial, e atribuído, pelas elites, aos impactos disgênicos da miscigenação entre pessoas de ascendência africana, indígena e europeia. Pesquisas realizadas em clínicas de saúde pública revelaram que os trabalhadores gastavam quase três quartos de seus rendimentos com alimentos e viviam em um estado constante de dívida. A maioria dos domicílios não consumia leite, frutas ou vegetais, subsistindo com feijão, mandioca, carne seca, pão, café e açúcar, com uma ingestão calórica total abaixo de 1.650 calorias por pessoa por dia (Castro, 1935b, p. 15). A desnutrição

deixava as pessoas vulneráveis a doenças infecciosas como a tuberculose, e 58% dos recifenses morriam antes do trigésimo aniversário. Castro era crítico da enorme perda de “capital humano” resultante das altas taxas de mortalidade em seu Nordeste nativo (p. 20). Seu método para calcular a renda mínima do agregado familiar necessária para uma alimentação adequada foi utilizado pelo governo Vargas para estabelecer um salário-mínimo federal (Castro, 1935a).

Castro ampliou seu argumento sobre as injustiças estruturais que sustentam a fome crônica em todo o Brasil no livro *Alimentação e raça*, de 1936, ao escrever (por exemplo): “Muitas zonas territoriais ricas naturalmente são exploradas sem que o nível econômico do seu povo seja melhorado, sem que essa riqueza natural venha a contribuir como causa direta de sua prosperidade econômica” (Castro, 1936, p. 174). Sua insistência no fato de que aquilo que antes era interpretado como uma questão de inadequação racial, enraizada na biologia, deveria ser entendido como tendo causas ambientais – não é mal de raça, é mal de fome (Castro, 1935b, p. 7) – estava intimamente alinhada com as visões de muitos sanitaristas e antropólogos brasileiros durante a Primeira República e o início dos anos Vargas, eles mesmos tendo sido influenciados por mudanças intelectuais lideradas internacionalmente por figuras como o antropólogo Franz Boas, da Universidade de Columbia. A análise multidisciplinar de Castro a respeito das causas sociais e dos impactos da desnutrição nos trabalhadores brasileiros influenciou inúmeros cientistas sociais e defensores da saúde pública brasileiros, dentre os quais o secretário de saúde pública de Pernambuco, o dr. Nelson Chaves (Chaves, 1946; Buckley, 2021).

Castro reiterou seus argumentos sobre as causas e os impactos da desnutrição em publicações subsequentes, incluindo em *Geografia da fome: a fome no Brasil* (Castro, 1946), que analisava as formas e raízes sociais da deficiência nutricional em cada região do país. Seu livro de 1951, *A geopolítica da fome: estudos sobre os problemas de alimentação e de população do mundo* (*The geography of hunger*, em sua tradução em inglês) estendeu essa pesquisa para uma análise da fome em todo o mundo. Castro usou intencionalmente o termo fome em vez da expressão mais clínica “desnutrição”, porque ele queria enfatizar o sofrimento humano e a injustiça que se encontrava no centro desse fenômeno, em vez de adotar uma abordagem mais científica e desapaixonada para questões relativas à escassez de alimentos. Ele também esperava reabi-

litar o conceito de “geopolítica”, que integrava a ciência da geografia com análise cultural, a partir de sua associação com a ideologia nazista (Castro, 1959, p. 27). No entanto, as editoras norte-americana e britânica de Castro não acreditavam que o termo seria interpretado por falantes de inglês da maneira como ele pretendia, então alteraram o título do livro.

*The geography of hunger* surgiu em 1952, em uma época em que filantropos americanos (particularmente John D. Rockefeller III), eugenistas (como Frederick Osborn, primo de Fairfield) e conservacionistas como William Vogt começaram a insistir que o crescimento da população global deveria ser drasticamente retardado para compensar os impactos das iniciativas realizadas em saúde pública. Os esforços empreendidos pela Fundação Rockefeller e outras organizações durante o início do século XX para melhorar o saneamento da água e combater várias doenças reduziram drasticamente as taxas de mortalidade, contribuindo inadvertidamente para uma explosão populacional com pressões correspondentes sobre o fornecimento de alimentos. Isso levou os dirigentes da Fundação Rockefeller a questionar se estariam “meramente substituindo uma forma de morte [por doença] por outra [por fome]”, como escreveu o presidente Raymond Fosdick para um colega em 1946.<sup>2</sup> No entanto, os dirigentes da fundação estavam relutantes em se envolver diretamente com o problema do controle populacional. Eles acreditavam que isso introduziria dilemas éticos que não encontraram em suas iniciativas de saúde pública e temiam que qualquer aparência de apoio ao controle de natalidade poderia comprometer seu trabalho nos países católicos.<sup>3</sup> Em vez disso, a Divisão de Ciências Naturais da Fundação Rockefeller continuou financiando pesquisas agrícolas no México e em outros lugares, sendo essa a origem da “revolução verde”, com novas variedades de culturas alimentares. John D. Rockefeller III (neto do homem que fez a fortuna da família como cofundador da Standard Oil Company), que havia solicitado que os dirigentes da fundação filantrópica de sua família investigassem o crescimento populacional global no final da dé-

2 RF admin., Program & Policy, SG 3.1 & 3.2 (ser 900), Box 57, Fldr 310: Prog & Policy - Population (1946-1953, 1955, 1956, 1958); Fosdick to Surgeon General Thomas Parran, 3 Oct. 1946. RAC.

3 Ansley Coale papers, Box 14 fldr 24, F.W. Notestein on “The role of organized philanthropy in the development of policy and programs for the field of pop. problems,” Aug. 1969, p. 27. PUL.

cada de 1940 depois de ler os livros de Vogt e Osborn, finalmente estabeleceu uma organização separada em 1952 para dar andamento a esse trabalho. Essa organização foi chamada de Conselho de População.

Exatamente quando *Geografia da fome* estava sendo publicado, Castro foi nomeado presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O primeiro diretor-geral da FAO, entre 1945-1948, havia sido o nutricionista escocês lord John Boyd Orr, e Castro era um admirador dele. Nos meados da década de 1930, Orr realizou um levantamento sobre consumo e nutrição de alimentos em relação à renda, semelhante à pesquisa de Castro nas clínicas de saúde do Recife durante aquele período. Orr concluiu que a saúde e a estatura física das crianças no Reino Unido e em toda a Comunidade Britânica eram afetadas de forma significativa por seu acesso a alimentos nutritivos. Contrariando as opiniões de muitos eugenistas sobre a superioridade inerente de determinadas classes sociais e grupos raciais, Orr argumentou que “independentemente de em que medida a hereditariedade e o ambiente são responsáveis pelas diferenças de saúde e físicas de diferentes classes, seria possível realizar uma melhoria considerável na saúde das crianças de grupos de baixa renda ao melhorar sua dieta” (Orr, 1936, p. 48). Ao final de seu mandato como presidente do Conselho Executivo da FAO, Castro escreveu para Orr:

Continuo na batalha como seu discípulo e correligionário, fazendo o meu melhor para despertar a consciência do mundo para que a batalha iniciada sob a sua liderança seja levada a cabo incansavelmente até a vitória final, quando o fantasma da fome será varrido da face da terra.<sup>4</sup>

A ONU estava hesitante em se envolver diretamente com o controle populacional durante o início da década de 1950, e a FAO evitou deliberadamente discutir a superpopulação como fator contribuidor para a fome global. Em vez disso, a agenda da agência focou em melhorias técnicas na agricultura e nutrição, bem como em políticas econômicas para incentivar a intensificação da produção agrícola. A FAO também propôs métodos para distribuir superávits agrícolas para áreas onde eram mais necessários. Fundamentalmente, a FAO tinha como objetivo melhorar o

4 Josué de Castro archive: Fis. 157, pasta 88; JdC to Orr, 17 Fev. 1954. FJN.

bem-estar das pessoas pobres e subnutridas em todo o mundo, mas não reduzir o seu número.

Castro ajudou a organizar duas conferências sobre nutrição na América Latina que foram patrocinadas pela FAO, da ONU: a primeira realizada em Montevideú, Uruguai (1948), e a segunda no Rio de Janeiro (1950), que ele presidiu. Para a primeira conferência, várias delegações das nações apresentaram relatórios sobre os desafios nutricionais de seu país e as tentativas de enfrentá-los. O relatório da delegação brasileira afirmava que “o Brasil poderia facilmente alimentar uma população muitas vezes maior do que a atual”.<sup>5</sup> Em uma discussão sobre a região Nordeste, ele dizia: “Esta zona mostra que condições sociais e culturais defeituosas [fazendo referência ao legado colonial português do cultivo da cana-de-açúcar às custas de outras culturas] podem produzir fome em uma das regiões mais férteis do mundo” (UN/FAO, 1950) Toda a documentação da conferência de Montevideú enfatizava a necessidade de políticas nacionais em agricultura, economia, saúde e educação para atender às necessidades nutricionais, mas não mencionava a possibilidade de reduzir os números da população humana para aliviar a pressão sobre o fornecimento de alimentos. Em notas sem data preparadas para uma das primeiras conferências sobre nutrição latino-americanas, Castro expôs temas que reapareceriam em seus escritos nos 25 anos seguintes. Chamando Vogt de porta-estandarte do neomalthusianismo (ou seja, um renascimento das visões sombrias do economista político inglês Thomas Robert Malthus, do final do século XVIII), ele acusou pessoas que defendiam a redução da população global de culpar os pobres por seu infortúnio em vez de abordar as raízes sistêmicas da pobreza. De 1930 a 1944, observou Castro, a Inglaterra aumentou sua área de terra dedicada a culturas alimentares em 60% e dobrou sua colheita de alimentos em resposta às demandas do tempo de guerra. Ao aplicar inovações na ciência agrícola e vigorosamente enfrentar os desafios da distribuição de alimentos, o fornecimento global de alimentos também poderia ser drasticamente aumentado, acreditava, erradicando a desnutrição.<sup>6</sup>

5 Este argumento também está em Adolfo Castro Barreto (1951).

6 J. De Castro archive: fis. 135, pasta 78: “Fome mundial e o neo-malthusianismo,” 13 p. ms. FJN.

### ***The geography of hunger, 1952***

Ao longo de sua carreira, Castro temia que um foco colocado no controle populacional prejudicasse os esforços para enfrentar os desequilíbrios econômicos e de poder que limitavam o acesso das pessoas empobrecidas à alimentação. *The geography of hunger*<sup>7</sup> era uma réplica aos conservacionistas americanos que manifestavam preocupações de que o crescimento da população humana tivesse excedido a “capacidade de carga” da Terra. A questão central não era um limite ecológico para a capacidade dos solos da Terra de sustentar as culturas alimentares, respondeu Castro. Em vez disso, era um problema de organização econômica. A maioria das sociedades não priorizou o cultivo de alimentos em detrimento de outros usos mais lucrativos de terras agrícolas, e, globalmente, os alimentos não eram distribuídos para as áreas onde eram mais necessários. Historicamente, o colonialismo tinha fomentado economias extrativas que facilitavam a industrialização na Europa e em outras regiões prósperas às custas das necessidades nutricionais das pessoas nos países colonizados. Grande parte do livro de 1952 de Castro descreve esses padrões gerais região por região. Na América do Sul, afirmou, “fatores sociais, em vez de naturais, são responsáveis pela precária e insuficiente oferta de alimentos” que levou à desnutrição e à fome (Castro, 1952, p. 97). No Caribe, a economia monocultural de açúcar que ocupava a maioria das terras agrícolas e os nutrientes do solo lixiviados foram o principal fator impulsionador da desnutrição e da pobreza; não foi a densidade populacional que causou esses problemas (p. 125). Em lugares como a Jamaica, sempre que antigos escravos conseguiram garantir algum nível de autonomia, sua nutrição melhorava (p. 121). Condições semelhantes foram verificadas no sul dos EUA, onde os proprietários de terras historicamente dedicavam terras e mão de obra às culturas exportadoras mais lucrativas. No Brasil, a agricultura produtiva dos imigrantes japoneses (para alimentos) de antigas fazendas de café paulistas que haviam sido abandonadas devido ao esgotamento do solo davam um exemplo do que poderia ser alcançado com mudanças de atitude e técnicas agrícolas (p. 285).

---

7 Versão norte-americana do livro publicado no Brasil, em 1951, com o título *Geopolítica da fome*.

Castro estava confiante de que, com investimento suficiente de capital e mão de obra, a oferta alimentar mundial poderia ser dramaticamente aumentada. Várias inovações tecnológicas, como fertilizantes industriais, pesticidas e novas variedades de culturas – as técnicas que vieram a ser associadas à “revolução verde” – poderiam aumentar muitíssimo a produção de alimentos, acreditava. Ele era especialmente otimista a respeito do potencial oferecido pela piscicultura, pela agricultura hidropônica e pela síntese de proteínas (Castro, 1952, p. 296-297). O sucesso britânico em aumentar a produção de alimentos durante a Segunda Guerra Mundial era indicativo do que poderia ser alcançado com suficiente determinação para resolver um problema de fornecimento de alimentos (p. 18). Em vez do sombrio “determinismo geográfico” dos conservacionistas americanos que postulavam limites imutáveis à produção de alimentos, Castro previu uma “geografia da abundância” mais otimista, por meio da qual os governos que se comprometeram a abordar o problema da fome “transformaram as limitações naturais em oportunidades sociais” (p. 25). Isso viria em parte pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização, permitindo que pessoas em países como a China trabalhem de forma mais produtiva e, assim, impulsionem a demanda por culturas alimentares. De acordo com Castro, na Índia, o “capitalismo nascente de fábrica” tinha “lançado as bases para um desenvolvimento industrial que poderia elevar o rendimento e os padrões de vida nacionais” antes de os colonizadores ingleses “empurrarem o país de volta a uma economia medieval” para atender aos interesses mercantis britânicos. À medida que a colônia foi inundada com bens britânicos, antigos artesãos migraram para a agricultura em uma economia agrícola focada em culturas de exportação, em vez de na subsistência local (p. 185). Variações desse padrão são rastreadas em vários outros países, ao longo do livro.

Castro não dispensava inteiramente o crescimento populacional como problema, mas queria que a ajuda internacional se concentrasse na pobreza e na fome como dilemas centrais; ele acreditava que a redução da população seria consequência desse esforço humanitário. Como John Boyd Orr resumiu em seu prefácio à edição britânica de *The geography of hunger* (reimpressa em outras traduções), Castro acreditava que “o único método de fato eficaz de controle de natalidade é melhorar a dieta [e] elevar o padrão de vida e educação das nações com taxa de natalidade maior do que aquelas [nações] nas quais a taxa de natalida-

de [...] caiu para ou abaixo do nível de substituição”. O livro do cientista brasileiro demonstrou a possibilidade de duplicar ou triplicar a oferta alimentar mundial, algo limitado apenas pela “quantidade de capital e de trabalho que a sociedade humana está disposta a dedicar a ela” (Castro, 1959, p. xi) Na visão de Castro para o progresso global, populações humanas adequadamente alimentadas se tornariam um trunfo para uma maior produtividade e engenhosidade, em vez de uma fuga de recursos ecológicos ou uma ameaça à estabilidade política. Isto o alinhou com pensadores “cornucopianos”, como o economista político inglês do século XIX David Ricardo, que acreditava que “a escassez desencadeou expansão, inovação e substituição”, não a “miséria malthusiana” (Jons-son, 2014, p. 165).

Em uma década, *The geography of hunger* havia sido traduzido para mais de vinte idiomas, incluindo espanhol, francês, italiano, inglês, japonês, chinês, russo, polonês, alemão, suíço, tcheco, húngaro, búlgaro, lituano, servo-croata, norueguês, sueco, hebraico e um idioma indiano (provavelmente hindi). Ele foi consideravelmente mais traduzido do que qualquer um dos livros de Vogt e Osborn aos quais Castro estava respondendo, embora eles também circulassem internacionalmente. Castro recebeu da Associação Americana de Ciência Política o prêmio FDR Foundation Award, que não havia sido concedido há vários anos devido a uma escassez de candidatos adequados. (Ele havia sido concedido, em 1949, a David Lilienthal, ex-diretor da Tennessee Valley Authority (TVA) e presidente da Comissão de Energia Atômica, por seu credo *This I do believe [Nisto eu acredito]*). O livro de Castro era admirado por anti-imperialistas em muitas regiões do mundo, bem como por conservadores religiosos, particularmente católicos tradicionais. Enquanto ainda cardeal, o futuro papa Paulo VI teria dito a Castro que *The geography of hunger* era “o texto mais cristão que li na minha vida”.<sup>8</sup> A autora norte-americana Pearl S. Buck, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura por suas representações da vida camponesa chinesa em romances como *A boa terra*, chamou *The geography of hunger* de “o livro mais esperançoso e generoso que já li” (Castro, 1958, p. 299). Ela escreveu um prefácio para a edição norte-americana e, posteriormente, indicou Castro para o Prêmio Nobel da Paz.

8 J. de Castro archive: fis 96, pasta 40. Interview with JdC published in *Prova* (Spanish), 28 Jan. 1966. FJN.

Muitos leitores interpretaram o livro de Castro como uma condenação do controle de natalidade, e suas respostas a ele dependiam de suas atitudes em relação à disseminação mais ampla dos métodos de controle de natalidade. Vários antimalthusianos autoproclamados elogiaram Castro por sua crítica incisiva. O mistério, pensou Fred W. Smith, de Camden, Ohio, foi o motivo pelo qual o malthusianismo continuou a exercer alguma influência no século XX. No entanto, Smith concluiu:

[q]uando você se lembra [...] do quão universal e efetivamente ele apoia a *status quo* e consegue colocar, com demonstração justa de ciência, filosofia e razão, a responsabilidade e a culpa pelo vício, miséria e fome diretamente nos ombros da natureza e da providência, e, finalmente, na incontinência sexual das próprias pessoas despossuídas e famintas, então o sucesso fenomenal alcançado por esta teoria parece ser muito menos notável.<sup>9</sup>

Por outro lado, o livro de Castro foi criticado de forma espantosa por apoiadores do controle populacional, incluindo vários acadêmicos nos EUA, bem como por políticos na Grã-Bretanha que se opuseram à sua ideologia anticolonial. O sociólogo e demógrafo norte-americano Kingsley Davis, da Universidade de Columbia, escreveu uma rejeição apoplética de Castro como intelectual que foi publicada na *American Sociological Review*. O médico brasileiro havia descartado “todos os cânones da lógica e evidência científica” para conseguir as manchetes, ao opinar sobre uma grande controvérsia, declarou Davis. Ele chamou Castro de dramático, utópico, inescrupuloso e de ser um trapaceiro desonesto que “não faz questão de consistência” em seu uso dos fatos. O sociólogo norte-americano sugeriu que a FAO deveria demitir Castro para proteger sua reputação de organização crível.<sup>10</sup> Notavelmente, Castro tentou distanciar suas opiniões pessoais de seu papel na FAO, pedindo a seu editor para não sugerir que *The geography of hunger* representasse qualquer posição oficial da agência da ONU.<sup>11</sup>

Muitos críticos britânicos ficaram ofendidos com a forma como Castro caracterizou os governos coloniais do seu país, responsabilizan-

9 J. de Castro archive: física 331, pasta 51. Carta a J. de Castro de Fred W. Smith. FJN.

10 Kingsley Davis in the *American Sociological Review*, Aug. 1952.

11 J. de Castro archive: fis 157, pasta 88, JdC to Ned Bradford at Little, Brown, 10 Dec. 1951. FJN.

do-os pelos surtos de fome. Em uma crítica publicada no *Sunday Times*, de Londres, Sir E. John Russell afirmou que os métodos agrícolas que Castro recomendava eram exatamente aqueles que “especialistas britânicos praticavam há muito tempo onde quer que trabalhassem”.<sup>12</sup> Outros críticos consideravam os apelos de Castro por um nível sem precedentes de cooperação internacional para enfrentar a fome mundial como algo irremediavelmente utópico. Mas diversos críticos no Reino Unido, particularmente aqueles que se identificaram como socialistas, ficaram profundamente comovidos pelo texto do médico brasileiro. Eles elogiaram sua capacidade de apresentar análises científicas das deficiências nutricionais, juntamente com um apelo humanitário para acabar com a tragédia da fome crônica. Em 1953, em cartas que respondiam aos seus apoiadores, Castro começou a fazer referência a uma campanha organizada para “sufocar [seu livro] com uma conspiração de silêncio. Críticos e editores receberam cartas do grupo Vogt-Osborn dizendo que consideravam o livro perigoso, insistindo que ele fosse atacado ou ignorado”, afirmou.<sup>13</sup>

### **Livro de Castro como resposta ao *Road to survival* de William Vogt**

Não é difícil entender por que o livro *Road to survival* (*O caminho da sobrevivência*), de 1948, escrito pelo conservacionista norte-americano William Vogt provocou uma reação tão forte por parte de Castro. Vogt atuou como chefe da seção de Conservação da União Pan-Americana entre 1943 e 1949 e trabalhou com Fairfield Osborn e Aldo Leopold no estabelecimento da Fundação de Conservação em 1948. Com o apoio do diretor da Unesco Julian Huxley, Vogt e vários colegas estabeleceram a União Internacional para a Proteção da Natureza em 1948, uma organização protoambientalista que defendia a conservação de recursos (Jundt, 2014). Devido às suas fortes críticas à agenda de desenvolvimento econômico do pós-guerra do governo Truman, que defendia a industrialização e mais consumo para impulsionar o crescimento econômico, Vogt foi convidado a renunciar ao seu cargo na União Pan-Americana (que se

12 Sir J. E. Russell, “Thoughts for food,” *Sunday Times* de Londres, 16 March 1952.

13 J. de Castro archive: fis. 115; JdC to R. Stowell, Vermont, 4 Feb. 1953. FJN.

tornou a Organização dos Estados Americanos). Em 1951, ele foi contratado por Margaret Sanger para liderar a Federação de Paternidade Planejada da América, onde permaneceu por uma década.

*Road to survival* colocava a culpa da redução da fertilidade do solo e a guerra à superpopulação. Baseando-se num entendimento da dinâmica populacional, disseminada pelo zoólogo americano do século XX Raymond Pearl e pelo ecologista Aldo Leopold, ele postulou limites imutáveis à “capacidade de suporte” da Terra, que os humanos ignoravam por sua conta e risco. O conceito de capacidade de carga foi originalmente utilizado como uma medida de volume de carga de navio a vapor, mas os ecologistas o adotaram no início do século XX para dar mais autoridade quantitativa às suas análises (Sayre, 2008). Isso foi logo contestado devido ao número de variáveis em interação dinâmica que influenciam quais populações de espécies uma determinada área terrestre pode sustentar. No entanto, a crença de que a densidade populacional humana excessiva levou à pressão sobre a produção do solo e alimentos e, portanto, à guerra – uma lógica enraizada no modelo de Pearl de uma curva de crescimento sigmoide, com inevitável colapso populacional se os limites de recursos fossem excedidos – tornou-se generalizada entre os conservacionistas na década de 1940 (Sasser, 2018).

Vogt previu um declínio nos “padrões de vida” dos norte-americanos e europeus, a menos que fosse controlada a aceleração do crescimento populacional. Ele reconheceu que o consumo excessivo e o desperdício no mundo industrializado contribuíam para a escassez de recursos em outros lugares e alertou os leitores: “devemos ajustar nossa demanda à oferta, seja aceitando menos *per capita* [...] ou ao manter menos pessoas”. No entanto, Vogt rapidamente descartou a possibilidade de reduzir o consumo no mundo industrializado por qualquer medida significativa: “Como nossa civilização não pode sobreviver a uma redução *drástica* dos padrões, não podemos escapar da necessidade de cortes populacionais [globais]”, concluiu (Vogt, 1948, p. 265; destaque no original). Embora reconhecendo que o Brasil, em particular, poderia acomodar mais pessoas em todo o seu território nacional, Vogt (p. 191) acreditava que, na América Latina, vinte a quarenta milhões de pessoas deveriam ser remanejadas para longe das encostas para proteger os frágeis solos do continente.

O livro de Vogt sugere que praticamente toda a deterioração ecológica é causada pela pressão da população, embora também mencio-

ne que as culturas de exportação – como cacau, café e banana – aumentaram a pressão sobre as terras agrícolas em todos os trópicos, de modo que Vogt não estava alheio a aspectos da organização política e econômica que impactaram o uso de recursos (Vogt, 1948, p. 259). Sua análise é repetidamente mais clara quando se trata da morte de pessoas em regiões menos industrializadas do mundo. No que diz respeito à Índia, Vogt culpava os colonizadores britânicos por “tornar as fomes ineficazes, construindo obras de irrigação, fornecendo meios de armazenamento de alimentos e importando alimentos durante períodos de fome”, enquanto “os indianos continuavam agindo como de costume, reproduzindo-se com a irresponsabilidade do bacalhau” (p. 226-227). Na África, Vogt creditou à doença do sono (tripanossomíase), transmitida pela mosca tsé-tsé, a limitação da expansão da população humana e do pastoreio de gado. Ele lamentou que “sanitaristas, entomologistas e médicos ecologicamente ignorantes estão, sem dúvida, neste momento fazendo um ataque de flanco contra a mosca tsé-tsé com DDT ou algum outro inseticida” (p. 257), reduzindo assim o que ele considerava o impacto ecologicamente benéfico da doença do sono.

Vogt rejeitou propostas do economista político indiano Radhakamal Mukerjee e de outros para permitir que agricultores experientes de regiões superpovoadas migrassem para terras mais escassamente povoadas na América do Norte, Austrália e no Cone Sul da América Latina. Isso aliviaria as pressões ecológicas, apoiaria pessoas esforçadas e aumentaria o fornecimento global de alimentos, argumentou Mukerjee (Mukerjee, 1946; Chandrasekhar, 1954). Em resposta, Vogt questionou por que outras nações deveriam “abrir suas portas aos muçulmanos, siques, hindus (e suas vacas sagradas) para reduzir a pressão causada pela cópula descontrolada?” [Se isso acontecesse] “Nosso padrão de vida será arrastado para baixo, para elevar o dos bilhões de atrasados da Ásia”, escreveu (Vogt, 1948, p. 228). Em vez disso, Vogt defendeu o fornecimento de contraceptivos como componente obrigatório da ajuda externa dos EUA.

Preocupados com a dinâmica populacional em meados do século XX, muitos filantropos e conservacionistas norte-americanos mantinham laços estreitos com organizações eugenistas. Muitas das recomendações de Vogt e suas descrições depreciativas de pessoas não brancas e pobres refletem a intersecção entre eugenia, conservação e demografia norte-americana nesse período (Allen, 2013; Ramsden,

2009). Por exemplo, Vogt propôs “bônus” financeiros para homens (em particular) que se submetessem voluntariamente à esterilização cirúrgica. “Uma vez que tal bônus seria atraente principalmente para os desabrigados do mundo”, postulou,

isso provavelmente teria uma influência seletiva favorável. Do ponto de vista da sociedade, certamente seria preferível pagar US\$ 50 ou US\$ 100 para pessoas permanentemente indigentes, muitas das quais seriam fisicamente e psicologicamente marginais, em vez de apoiar as suas hordas de descendentes que, tanto por herança genética como social, tenderiam a perpetuar a sua fecundidade (Vogt, 1948, p. 282).

Estas palavras lembram a lógica implacável de Oliver Wendell Holmes, juiz do Supremo Tribunal dos EUA, no caso *Buck vs. Bell*, de 1927, que apoiou o direito dos estados de esterilizar de forma coerciva populações que as autoridades consideravam eugenicamente indesejáveis.

Os ataques diretos de Vogt às conquistas da saúde pública latino-americana foram, provavelmente, as passagens em seu livro que mais ofenderam Castro. “Havia alguma bondade em evitar que as pessoas morressem de malária para que pudessem morrer mais lentamente de fome?” questionou retoricamente Vogt (1948, p. 13) em sua introdução. Em uma seção sobre a “ameaça da medicina” na América Latina, o norte-americano afirmou que “a água potável havia sido melhorada em muitas cidades, de tal forma que as doenças intestinais, o fator mais eficaz para limitar as populações, caíram acentuadamente” (p. 164). É evidente que Vogt estava ciente de que sua atitude insensível em relação à mortalidade infantil poderia ser ofensiva. Ele seguia a observação de que “um dos maiores ativos nacionais do Chile [...] é sua alta taxa de mortalidade”, acrescentando: “Esta é uma declaração chocante. No entanto, se não se acredita que há uma virtude em ter mais pessoas vivendo cada vez mais miseravelmente, destruindo seu país com rapidez crescente, a conclusão é inevitável” (p. 186). Como médico de saúde pública latino-americano comprometido e forte defensor dos pobres desnutridos, Josué de Castro teria achado intolerável a priorização da conservação do solo em detrimento do bem-estar humano defendida por Vogt.

## **Carreira e redes internacionais posteriores de Castro, 1952-1973**

Castro ocupou diversos cargos acadêmicos e políticos ao longo de várias décadas, todos centradas em problemas de nutrição e na economia política. De 1937 a 1957, ele ocupou a cadeira de Geografia Humana na nova Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (posteriormente a Universidade Federal do Rio de Janeiro), da qual foi nomeado diretor do Instituto de Nutrição em 1946. Junto com seus cargos acadêmicos, em 1942, ele se tornou diretor de uma agência brasileira destinada a resolver problemas de fornecimento de alimentos durante a Guerra Mundial. Em 1950, latifundiários conservadores bloquearam a nomeação de Castro para o ocupar o Ministério da Agricultura do Brasil, devido ao seu apoio à redistribuição de terras. Ele então se tornou presidente do Conselho Executivo da FAO, da ONU, cargo que ocupou por quatro anos. O presidente Vargas nomeou Castro para uma Comissão Nacional de Política Agrária, que visava estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos que haviam sido garantidos aos trabalhadores urbanos na década de 1930. Vargas também o tornou vice-presidente da Comissão Nacional de Bem-estar Social em 1953.

A posição de Castro como presidente do Conselho Executivo da FAO e sua posterior liderança de sua Campanha Mundial contra a Fome, no início da década de 1960, permitiu que ele interagisse com vários líderes mundiais. Em agosto de 1952, ele se reuniu com o presidente Truman, dos EUA, cujo plano “Ponto IV” para o desenvolvimento econômico por meio do progresso tecnológico estava alinhado com o próprio otimismo de Castro sobre o potencial para resolver a fome global por meio de substanciais investimentos e inovação tecnológica. Como escreveu Castro ao seu agente americano Sanford Greenburger, ele havia ficado comovido por um discurso de Truman em março de 1952, “no qual [Truman] afirma que a luta contra a fome e a miséria é a chave para a paz [...] [e] coincide em muitos pontos com a tese do meu livro. Essa coincidência é, às vezes, muito marcante, como quando afirma que, em virtude do progresso técnico, a humanidade pela primeira vez [...] está em posição de eliminar a pobreza, a ignorância e a miséria da face da Terra”. Castro observou que esta frase era praticamente idêntica a uma passagem em

*Geografia da fome* e claramente se questionava se alguém do governo Truman havia sido influenciado por sua publicação.<sup>14</sup>

Castro presidiu reuniões semestrais do Conselho Executivo da FAO em Roma, de dezembro de 1951 a junho de 1955. Durante esse período, a agência entendeu que o seu mandato era facilitar o aumento da produção de alimentos para satisfazer as necessidades nutricionais de uma população mundial em rápido crescimento. Isto poderia incluir intervenções na política econômica e política, bem como a promoção de técnicas novas e melhoradas para o cultivo de culturas alimentares e pecuária. Como explicou um relatório da reunião do conselho de junho de 1952, em muitas regiões nas quais o fornecimento alimentar era inadequado, “os agricultores hesitam em produzir tanto quanto poderiam com os seus conhecimentos e recursos atuais devido à insegurança na propriedade da terra, às recompensas inadequadas para aquele que de fato produz, falta de crédito agrícola a taxas razoáveis e falta de confiança nos mercados para aumentar a produção a preços satisfatórios”.<sup>15</sup> A FAO funcionava em paralelo com a Divisão de População da ONU, com pouca comunicação ou sobreposição evidente entre as duas agências. A FAO focava firmemente na produção e distribuição de alimentos, em vez de pensar em reduzir a necessidade de tantos alimentos por meio de controles populacionais. Uma reunião realizada no final de 1953, presidida por Castro, enfatizou o acúmulo de alimentos em algumas regiões, como a América do Norte, e a incapacidade dos países que necessitam desse excesso de oferta (particularmente na Ásia) de os adquirir. Esta é uma explicação de fome que difere da ênfase que Vogt colocava nos limites ecológicos da “capacidade de carga” global. Resolver o problema exigiria níveis sem precedentes de cooperação internacional (Cullather, 2010).

Enquanto a superpopulação se solidificava como foco da ajuda internacional proveniente dos centros do capitalismo global, Castro visitou a China (em 1959) e Cuba (em 1961), utilizando os *royalties* das vendas mundiais do seu livro para financiar essas viagens. Ele também planejava visitar a União Soviética, mas teve que cancelar por motivos de saúde que amigos atribuíram à exaustão e a uma possível depressão.

14 J. de Castro archive: Fis 157, pasta 88, JdC to S.J. Greenburger, 14 abr. 1952. FJN.

15 Report of the UN FAO Executive Council, 15<sup>th</sup> session, 9-14<sup>th</sup> June 1952, Rome; “Prospects for 1952-1953.” On-line.

Castro escreveu com admiração sobre os modelos comunistas cubano, soviético e chinês para enfrentar a fome com o aumento da produção agrícola e a reforma agrária. Graças à “aplicação racional de adubo orgânico, aragem profunda, plantio em fileiras próximas [...] seleção rigorosa de sementes, e irrigação expandida”. Segundo Castro, a China destruiu “o mito malthusiano [...] de que o potencial biótico do solo é limitado, ideia disseminada pelo mundo por Vogt”.<sup>16</sup> Os críticos de Castro zombaram dele por ser terrivelmente ingênuo em relação à fome dos meados do século nessas economias planejadas centralmente.

Após seu retorno da FAO, Castro teve dois mandatos como deputado federal por Pernambuco na Câmara dos Deputados do Brasil, como membro do Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas em 1945. Ele fundou a Ascofam (Associação Mundial de Luta Contra a Fome) para organizar melhor a produção e distribuição de alimentos nutritivos em sua região natal, o Nordeste, onde vivem muitas das pessoas mais empobrecidas do Brasil. Em 1962, foi nomeado embaixador do Brasil na ONU. O regime militar de direita, que chegou ao poder em 1964, despojou Castro deste cargo e dos seus direitos políticos, devido ao seu apoio às causas esquerdistas – incluindo a ampliação dos direitos de voto para pessoas analfabetas, proteções trabalhistas para trabalhadores rurais, reforma agrária e nacionalização das principais indústrias. Castro se refugiou em Paris, onde continuou suas campanhas contra a fome global até sua morte, em 1973 (Andrade, 1996). Em 1962, ele estabeleceu uma organização não governamental internacional conhecida como CID (Centro Internacional para o Desenvolvimento) para tratar de questões estruturais subjacentes à pobreza global (Davies, 2019). O objetivo dessa ONG era fornecer uma alternativa aos esforços de desenvolvimento existentes, que estavam “contaminados pelo neocolonialismo” e, na opinião de Castro, equivaliam a pouco menos que esmolas.<sup>17</sup> O CID pretendia influenciar a opinião pública a fim de promover esforços de desenvolvimento que pudessem levar uma ajuda genuína às populações do Terceiro Mundo e proporcionar uma mesa-redonda para uma discussão franca sobre os problemas globais, seguida de uma

---

16 Josué de Castro, “China’s victory over hunger,” *For Socialist Agricultural Science*, v. 9, n. 1, p. 93-100, 1960; citação na p. 99. J. de Castro archive: Fis 205, pasta 101. FJN.

17 J. de Castro archive: fis 314, pasta 118. Centro Internacional para o Desenvolvimento. FJN.

ação concertada. Os fundadores, dentre os quais havia representantes da Grécia, Hungria, França, Bélgica, Peru, Chile, Estados Unidos, Índia e Senegal, propuseram a criação de uma Universidade de Desenvolvimento Internacional com foco na educação e nos recursos humanos como chave para o sucesso do desenvolvimento global. Além do seu trabalho com este grupo, durante o seu exílio em Paris, Castro se envolveu profundamente com a não proliferação nuclear e com movimentos de paz global liderados por Robert Oppenheimer e Bertrand Russell, que ele considerava amigos.

Castro continuou a enfatizar o “subdesenvolvimento” em vez do crescimento populacional como a causa raiz da fome. Em sua análise (e na de muitos teóricos da dependência latino-americana nas décadas de 1960 e 1970), as regiões subdesenvolvidas eram caracterizadas por um setor agrícola empobrecido que inibia o desenvolvimento industrial, beneficiando uma pequena oligarquia latifundiária em detrimento do crescimento econômico nacional e da classe trabalhadora, ambos urbano e rural. Regiões como o Nordeste do Brasil precisam de reforma agrária para desmembrar grandes propriedades, regular salários e prestar assistência aos pequenos agricultores, argumentava Castro (1967). Ele também chamou a atenção para regiões e comunidades marginalizadas nos Estados Unidos, nas quais estava ocorrendo uma erupção de violência em resposta ao racismo, à desigualdade de classes e ao processo dispendioso do país com uma guerra no Vietnã impossível de vencer. Apesar das estimativas de que haveria vinte milhões de pessoas passando fome naquela nação rica, o governo do presidente Johnson (1963-1969) ofereceu algo que Castro considerou caridade paternalista (a “guerra à pobreza”) em vez de uma reforma mais radical do capitalismo americano (Castro, 1996).

Castro considerava campanhas para erradicar a fome essenciais para alcançar a paz mundial e trabalhava em estreita colaboração com organizações internacionais focadas em acabar com o conflito militar, incluindo a projeção do poder militar norte-americano no exterior. Ele se manteve em comunicação com intelectuais de todo o mundo, cujos escritos confirmaram sua opinião de que a inovação técnica poderia aumentar drasticamente a produção de alimentos e que os padrões de consumo no mundo desenvolvido eram pelo menos tão responsáveis pela escassez de recursos quanto o crescimento populacional. A biblioteca pessoal de Castro, mantida na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife,

deixava claro que ele estava familiarizado com os escritos de diversos cientistas, filósofos e personagens políticos de todo o mundo. Entre eles a defensora norte-americana do controle de natalidade Margaret Sanger, o ativista caribenho-americano dos direitos civis Stokely Carmichael, o biólogo britânico e diretor da Unesco Julian Huxley, o estatístico e demógrafo italiano Corrado Gini, o economista e demógrafo indiano Sripati Chandrasekhar, o demógrafo e cientista social francês Alfred Sauvy, a feminista e filósofa francesa Simone de Beauvoir, o teólogo jesuíta Pierre Teilhard de Chardin, os revolucionários comunistas Vladimir Lenin e Mao Zedong, entre muitos outros. Castro comunicava-se fluentemente em vários idiomas românicos e também em inglês.

Apesar da posição proeminente de Castro na FAO e do amplo público leitor internacional que seu livro mais conhecido conquistou, há poucas evidências de que ele tenha interagido diretamente com os mais proeminentes críticos norte-americanos da superpopulação. Nem os documentos pessoais de Castro nem os arquivos de Frederick Osborn, do demógrafo Frank Notestein e de John D. Rockefeller III sugerem qualquer nível de comunicação entre Castro e a unida comunidade norte-americana de investigadores, filantropos e ativistas populacionais. Vogt estava na periferia desse círculo norte-americano, mas conhecia várias pessoas que transitavam dentro dele. Frederick Osborn, que ocupou a presidência da Associação Populacional da América de 1949 a 1950 (sobrepondo seu mandato como presidente da Sociedade Eugenista Americana, 1946 a 1951) e se tornou presidente fundador do Conselho Populacional dois anos depois, interagia regularmente com Vogt em diversas organizações dedicadas a preocupações populacionais e conservacionistas. JDR III encontrou-se com Vogt várias vezes na qualidade de diretor da Federação de Paternidade Planejada da América durante a década de 1950. Após a morte prematura do conservacionista declarado, Osborn escreveu um obituário saudando-o como “um Jeremias, prevenido a superpopulação e a destruição do meio ambiente, e um Catão nos exortando à ação” anos antes de o *Silent spring (Primavera silenciosa)* de Rachel Carson ajudar a lançar um popular movimento ambientalista.<sup>18</sup> Menos de uma década depois de Vogt se aposentar da Paternidade Planejada, muito do que ele defendeu no rescaldo da Segunda Guerra Mun-

18 Frederick Osborn papers, William Vogt folder, obituário, 26 Set. 1972. APS.

dial em relação ao controle populacional se tornou uma política aceita em muitas partes do mundo.

### **Intensificação da preocupação com o crescimento populacional global, 1968-1973**

Nos Estados Unidos, as preocupações com a superpopulação aumentaram durante a década de 1960, e a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (AID) passou a direcionar um percentual crescente da sua assistência internacional para diversos programas de controle populacional. À medida que as preocupações norte-americanas com o conflito militar e as pressões ambientais se intensificavam, Paul Ehrlich, biólogo da Universidade de Stanford, que tinha lido *Road to survival* na graduação na Universidade da Pensilvânia, publicou uma polêmica muito influente intitulada *The population bomb (A bomba populacional)*, em 1968. Como Vogt (que morreu em 1968) vinte anos antes, Ehrlich atribuiu à superpopulação uma vasta gama de problemas sociais, utilizando uma análise altamente determinista. O seu pequeno volume oferecia múltiplos cenários futuros imaginados, alguns dos quais resultariam numa catástrofe generalizada se o crescimento populacional não fosse controlado. Ehrlich comparou a crise populacional a um câncer que requer uma cirurgia radical que infligiria dor em curto prazo – incluindo a esterilização forçada de pessoas pobres em regiões densamente povoadas – no interesse da estabilidade ecológica e da sobrevivência humana em longo prazo. Tal como Vogt em 1948, o livro de Ehrlich, que foi publicado em 1968, minimizou o impacto ambiental e social nas regiões menos desenvolvidas de elevado consumo de recursos *per capita* no mundo industrializado, embora Ehrlich tenha ficado mais preocupado com isto durante a década de 1970 (Robertson, 2014, p. 116 e 120). Os críticos de *The population bomb* observam que ele atribuiu à biologia populacional e à ecologia problemas (como a proliferação global de favelas urbanas) que eram mais diretamente atribuíveis à industrialização, à modernização agrícola, à propriedade da terra cada vez mais concentrada e à subsequente migração rural-urbana, do que ao crescimento populacional (Mann, 2018, p. 402). Algumas destas tendências eram produtos da revolução verde promovida pelos EUA, uma vez que os fatores de produção tecnológicos dispendiosos favoreceram

a agricultura em grande escala em detrimento da pequena propriedade e levaram muitos pequenos agricultores familiares para as cidades (Kumar et al., 2017).

Em 1972, um grupo de homens influentes de vários países que se autodenominavam o “Clube de Roma” tentou prever de que forma o crescimento populacional cruzaria com o desenvolvimento econômico e a utilização de recursos durante o século XXI. Sua influente publicação, *The limits to growth (Os limites do crescimento)* empregava novas técnicas de modelagem computacional. O livro alertava para uma escolha iminente entre limites autoimpostos ao crescimento populacional em termos que muitas pessoas poderiam tolerar e um colapso populacional dramático com consequências imprevisíveis e violentas, uma vez atingidos os limites de recursos. Os autores do Clube de Roma recomendaram que os países mais ricos desacelerassem o crescimento econômico como concessão às limitações de recursos mundiais, uma vez que “à medida que uma população se torna mais rica, tende a consumir mais recursos por pessoa, por ano” (Meadows et al., 1972, p. 107). Mas nenhum desses textos norte-americanos amplamente lidos adotou a visão de Castro de que qualquer análise da escassez global de recursos deve levar em conta a forma como as desigualdades estruturais afetam a distribuição e o acesso aos recursos. Tal como Ehrlich e Vogt, os autores do Clube de Roma enfatizaram a necessidade de agir de forma decisiva e rápida. Dado que as populações cresceram exponencialmente, a preocupação deles era que, quanto mais tempo as sociedades esperassem para implementar políticas destinadas a uma maior sustentabilidade, mais difícil seria alcançá-las, à medida que os recursos se esgotassem de forma mais severa. Eles garantiram aos leitores que “nenhum valor humano fundamental seria ameaçado por um nivelamento do crescimento demográfico” (p. 191). Da mesma forma como Castro parece ter sido intencionalmente ingênuo em sua relutância em abordar de modo crítico as provas da crise de fome na União Soviética desde a década de 1930, essa garantia parece surpreendentemente ingênua no que diz respeito a como alguns Estados autoritários podem impor limites ao crescimento populacional.

No entanto, os fatores estruturais que moldam o acesso aos recursos foram destacados em outros contextos durante esse período. Na reunião de 1969 da Associação Populacional da América (criada por eugenistas norte-americanos em 1931), um grupo de estudantes de

pós-graduação que se autodenominavam “Demógrafos Preocupados” distribuiu um panfleto que pedia aos membros de sua profissão que examinassem “quais segmentos da população [global] prejudicam desproporcionalmente o meio ambiente (como grandes corporações, universidades, militares)? Quais são as fontes culturais que criaram uma demanda demasiadamente grande por um alto consumo material (individualismo, Madison Ave. etc.)?” O folheto também questionava quais mudanças políticas (como a reforma agrária) seriam necessárias para impactar as normas de fertilidade e a densidade populacional nos países menos desenvolvidos. Os jovens “Demógrafos Preocupados” faziam oposição à agenda política de “crescimento populacional zero” de Paul Ehrlich e acreditavam que os integrantes da sua profissão deveriam prestar mais atenção às questões da desigualdade global (Greenhalgh, 1996).

Da mesma forma, na Conferência Mundial da População da ONU, realizada em Bucareste, Romênia, em 1974, o Plano de Ação culminante que visava estabelecer objetivos para a estabilização da população foi revisto de modo a incorporar a insistência tanto dos conservadores católicos como dos nacionalistas latino-americanos de que priorizar o desenvolvimento econômico deveria ser suficiente para abrandar o crescimento populacional e, ao mesmo tempo, atender a outras necessidades urgentes nos países menos industrializados. Esse argumento era baseado na “teoria da transição demográfica” desenvolvida na década de 1940 pelo demógrafo americano Frank W. Notestein, do Gabinete de Investigação Populacional da Universidade de Princeton, que postulava que a industrialização e a urbanização produzem uma mudança nos valores culturais rumo a famílias menores, uma vez que crianças já não são mais necessárias para o trabalho agrícola e exigem mais investimento educacional. No entanto, o próprio Notestein rapidamente decidiu que a redução da população deveria ser abordada diretamente (e não indiretamente, por meio do desenvolvimento econômico), pois de outra forma o crescimento exponencial da população ultrapassaria os prováveis avanços feitos na ciência agrícola e levaria aos resultados terríveis que pessoas como Vogt previram, incluindo fome generalizada e guerra.

Outras análises do Plano de Ação inseridas por representantes de nações africanas que haviam recentemente se tornado independentes – com clara influência marxista – realçavam as injustiças sociais subjacentes à escassez de recursos em grande parte do mundo. Embora houvesse morrido um ano antes, Castro teria ficado satisfeito em ver o

desenvolvimento socioeconômico, a redução da mortalidade infantil, a educação, a erradicação do trabalho infantil, o empoderamento econômico das mulheres e a migração interna e internacional racionalizada (para melhor alinhar as populações com os recursos) incluída entre as prioridades estabelecidas pelos participantes na conferência de Bucareste. A delegação dos EUA, que tentou estabelecer metas específicas de crescimento populacional para cada país, se expôs a críticas contundentes sobre o consumo excessivo de recursos e energia na América do Norte face às limitações ambientais globais. Como declarou abertamente o demógrafo americano Notestein após a conferência, Bucareste foi “uma experiência humilhante. Raras vezes fiquei tão [desanimado]”.<sup>19</sup>

### **Considerações finais: a influência de Josué de Castro no debate sobre a superpopulação durante a Guerra Fria**

Josué de Castro foi um intelectual brasileiro de destaque internacional que tentou aplicar uma perspectiva moldada por sua infância nas comunidades de mangue do Recife e seu início de carreira na saúde pública gerou debate controverso liderado por capitalistas e eugenistas ricos norte-americanos com uma compreensão muito diferente das causas profundas da fome e da degradação ambiental. A análise de Castro uniu preocupações da extrema esquerda (incluindo marxistas e nacionalistas pós-coloniais) e da extrema direita (especialmente católicos conservadores) em oposição a uma agenda de desenvolvimento global cada vez mais hegemônica promovida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Ele trouxe uma perspectiva particularmente brasileira para esse debate internacional, informada pelas desigualdades no acesso à terra, à alimentação, à riqueza e ao poder que testemunhou tanto em sua região natal, o Nordeste, quanto enquanto estudante no Rio de Janeiro. Ele também foi, sem dúvida, influenciado pela densidade populacional incomumente baixa do Brasil quando calculada em todo o território nacional, o que o levou a se concentrar em áreas de terra ao redor do mundo que não estavam sendo cultivadas intensivamente para enfrentar a fome crônica (ou estavam sendo cultivadas para outros fins que não

---

19 Frank Notestein papers, Box 29 (series 2) folder 14, U.N.'s “International Youth Population Conf., Bucharest,” and folder 13: Uninhibited Notes on Bucharest. PUL.

para alimentar populações locais). A carreira e as publicações de Castro merecem uma análise mais atenta, especialmente por leitores de fora do Brasil, como uma janela reveladora para os debates de meados do século XX sobre alimentação, fome, degradação ambiental e a dinâmica da população humana.

Na década de 1950, o discurso do desenvolvimento global foi moldado pelas preocupações geopolíticas da Guerra Fria, pelas teorias nascentes da modernização e pelas posições geográficas e sociais dos participantes com mais recursos nos debates em torno do crescimento da população humana – particularmente os intelectuais nos Estados Unidos e na Europa cujas ideologias influenciaram as iniciativas de desenvolvimento internacional buscadas por seus governos. Desde aproximadamente 1948 até à sua morte, em 1973, Josué de Castro procurou elevar formas de conceitualizar o desenvolvimento global que descentralizassem os interesses, prioridades e pressupostos culturais dos governos mais ricos e poderosos e das suas populações. Sua crítica enfatizou que muitas variáveis podem ser analisadas ao considerar-se a relação entre populações humanas, recursos naturais, segurança global e saúde ecológica – e que a decisão de destacar uma dessas variáveis em vez de outra (por exemplo, os índices de fertilidade das mulheres em países menos industrializados e não os hábitos de consumo dos norte-americanos e dos europeus ocidentais) é uma escolha política.

Numa abrangente crítica às ideologias econômicas subjacentes à demografia e às políticas populacionais do século XX, a historiadora Michelle Murphy descreve o conselho de Notestein a respeito de controle populacional ao governo do Paquistão no final da década de 1950 como “sintomático de uma reformulação *economizada* da descrição de Foucault das violentas purificações de racismo do Estado, passando de ‘alguns devem morrer para que outros possam viver’ para alguns *não devem nascer para que outros, no futuro, possam viver de forma mais abundante (devastadoramente)*” (Murphy, 2017, p. 41; destaques no original). Ela enfatiza que os economistas norte-americanos da década de 1960 valorizavam mais os “nascimentos evitados” do que as vidas vividas na pobreza, que eram frequentemente avaliadas negativamente em relação ao PIB, especialmente durante a infância. Numa seção final em que reflete a respeito das preocupações do século XX sobre a superpopulação em relação às alterações climáticas, Murphy (p. 47 e 138). pergunta: “Que tipos de práticas de controle populacional e racismo são

reativados ao apontar o dedo para a densidade humana em um momento em que ricos conjuntos de capital humano com índices frequentemente baixos de fertilidade são responsáveis por grande parte das emissões [de carbono]?”

A análise de Murphy destaca as abstrações demográficas que foram utilizadas para justificar diversas medidas de controle populacional no interesse do crescimento econômico, limitando os nascimentos em algumas comunidades para que outras pessoas (muitas vezes mais brancas, mais ricas e mais ligadas aos centros de desenvolvimento global) pudessem viver mais luxuosamente. O que Castro se esforçou para transmitir durante os anos em que as teorias promulgadas por Notestein e outros ganhavam influência internacional foi que “população” não é algo remotamente abstrato. Criticar os esforços de saúde pública em uma cidade como Recife, como fez Vogt, era defender as mortes dolorosas e evitáveis de milhares de crianças, mortes inevitavelmente testemunhadas por familiares impotentes para intervir. Essa dura realidade era óbvia para Castro porque ele viveu e trabalhou entre pessoas que se beneficiaram enormemente de água mais limpa, vacinas e outras intervenções recentes de saúde pública em sua cidade natal. A *Geografia da fome*, de Castro, forçou os leitores a considerarem essa realidade. Ele tentou inverter o retrato apocalíptico de Vogt de um mundo sobrecarregado por corpos famintos, enfatizando, em vez disso, o que essas pessoas poderiam contribuir se razoavelmente providas, e indicando a significativa drenagem de recursos *per capita* das pessoas mais ricas do mundo.

### **Arquivos Consultados**

Ansley Coale Papers, Mudd Library, Princeton University, New Jersey, USA (PUL).

Frank Notestein Papers, Mudd Library, Princeton University, New Jersey, USA (PUL).

Frederick Osborn Papers, American Philosophical Society, Philadelphia, PA, USA (APS).

Josué de Castro Papers, Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE, Brazil (FJN).

Rockefeller Foundation Archives, Rockefeller Archive Center, Tarrytown-NY, USA (RAC).

UN/FAO Council Reports, on-line: <http://www.fao.org/unfao/govbodies/gsb-home/council/council-reports/en/>.

## Referências

ALLEN, Garland. "Culling the herd": Eugenics and the Conservation Movement in the United States, 1900-1940. *Journal of the History of Biology*, v. 46, n. 1, p. 31-72, 2013.

ANDRADE, Manoel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *In*: CASTRO, A. M. de. **Fome, um tema proibido: os últimos escritos de Josué de Castro**. 3a. ed. Recife: CONDPE/Cepe, 1996. p. 285-321.

BARRETO, Adolfo Castro. **Povoamento e população: política populacional brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

BUCKLEY, Eve. **Technocrats and the politics of drought and development in twentieth-century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.

BUCKLEY, Eve. Debating hunger and overpopulation from the US and Brazil during the Early Cold War. *In*: POHL-VALERO, Stephan; DOMÍNGUEZ, Joel Vargas (eds.). **El hambre de los otros: ciencia y políticas alimentarias en Latinoamérica, siglos XX y XXI**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosário, 2021. p. 195-221.

BUCKLEY, Eve. **Tecnocratas e a política de seca e desenvolvimento no Brasil do século XX**. Tradução Cynthia Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

CASTRO, Ana Maria de (ed.). **Fome, um tema proibido: os últimos escritos de Josué de Castro**. 3a. ed. Recife: CONDPE/Cepe, 1996.

CASTRO, Josué de. **A questão do salário mínimo**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade/Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935a.

CASTRO, Josué de. **As condições de vida das classes operárias no Recife**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade/Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935b.

CASTRO, Josué de. **Alimentação e raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué de. **The geography of hunger**. Boston: Little, Brown, 1952.

CASTRO, Josué de. **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 5a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de. **The black book of hunger [O livro negro da fome]**. Tradução de Charles Lam Markmann. Boston: Beacon Press, 1967.

CASTRO, Josué de. **Of men and crabs [Homens e caranguejos]**. Tradução de Sue Hertelendy. New York: Vanguard Press, 1970.

CHANDRASEKHAR, Sripati. **Hungry people, empty lands**. London: George Allen & Unwin, 1954.

CHAVES, Nelson. **O problema alimentar do Nordeste brasileiro: introdução ao seu estudo econômico social**. Recife: Editora Médico Científica, 1946.

CULLATHER, Nick. **The hungry world: America's Cold War battle against poverty in Asia**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

DAVIES, Archie. **Josué de Castro's "Geografia Combatente" and the political ecology of hunger**. Doctoral Thesis (Doctor of Philosophy) – King's College, University of London, London, 2019.

GREENHALGH, Susan. Social construction of population science: An intellectual, institutional and political history of twentieth-century demography. **Comparative Studies in Society and History**, v. 38, n. 1, p. 26-66, 1996.

JONSSON, Fredrik Albritton. The origins of cornucopianism: A preliminary genealogy. **Critical Historical Studies**, v. 1, n. 1, p. 151-168, 2014.

JUNDT, Thomas. Dueling visions for the Postwar World: The UN and UNESCO 1949 Conferences on resources and nature, and the origins of environmentalism. **Journal of American History**, v. 101, n. 1, p. 44-70, 2014.

KUMAR, Prakash et al. Roundtable: New narratives of the green revolution. **Agricultural History**, v. 91, n. 3, p. 397-342, 2017.

MANN, Charles. **The wizard and the prophet**. New York: Knopf, 2018.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MUKERJEE, Radhakamal. **Races, lands, and food: A program for world subsistence**. New York: Dryden Press, 1946.

MURPHY, Michelle. **The economization of life**. Durham: Duke University Press, 2017.

ORR, John Boyd. **Food, health and income**. London: Macmillan, 1936.

OSBORN, Fairfield. **Our plundered planet**. Boston: Little, Brown, 1948.

RAMSDEN, Edmund. Confronting the stigma of eugenics: Genetics, demography and the problems of population. **Social Studies of Science**, v. 39, n. 6, p. 853-884, Dec. 2009.

ROBERTSON, Thomas. Revisiting the Early 1970s Commoner-Ehrlich debate about population and environment: Dueling critiques of production and con-

sumption in a Global Age. *In*: HARTMANN, Heinrich; UNGER, Corinna (eds.). **A world of populations: Transnational perspectives on demography in the twentieth century**. New York: Berghahn Books, 2014. p. 108-125.

SASSER, Jade. **On infertile ground: Population control and women's rights in the era of climate change**. New York: NYU Press, 2018.

SAYRE, Nathan F. The genesis, history, and limits of carrying capacity. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 98, n. 1, p. 120-134, 2008.

UN/FAO. United Nations/Food and Agriculture Organization. **Conferencia de Nutrición**, Montevideo, 1948. Montevideo: UN/FAO Comisión de Alimentación, 1950.

VOGT, William. **Road to survival**. New York: William Sloane, 1948.

Como citar o capítulo:

BUCKLEY, Eve E. Contestando o discurso de superpopulação do Brasil: Josué de Castro e a coalizão não malthusiana (1948-1974). *In*: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Marta de (Org.). **Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente**. Brasília, DF: Editora IBICT, 2025. Cap. 6, p. 147-175. DOI: 10.22477/9788570131737.cap6